

LICENCIATURA EM MATEMÁTICA

Gestão de Políticas Públicas



2024/2

Profa. Priscila Turchiello

Política Pública

[...] política pública, do ponto de vista etimológico, refere-se à participação do povo nas decisões da cidade, do território. Porém, historicamente essa participação assumiu feições distintas, no tempo e no lugar, podendo ter acontecido de forma direta ou indireta (por representação). De todo modo, um agente sempre foi fundamental no acontecimento da política pública: o Estado (Oliveira, 2010, p. 01).



O filósofo e historiador Michel Foucault (1979) afirmou que todas as pessoas fazem política, todos os dias, e até consigo mesmas! Isso seria possível na medida em que, diante de conflitos, as pessoas precisam decidir, sejam esses conflitos de caráter social ou pessoal, subjetivo. Socialmente, a política, ou seja, a decisão mediante o choque de interesses desenha as formas de organização dos grupos, sejam eles econômicos, étnicos, de gênero, culturais, religiosos, etc. A organização social é fundamental para que decisões coletivas sejam favoráveis aos interesses do grupo (Oliveira, 2010, p. 03).

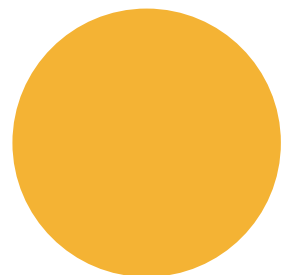
Tipos de Políticas Públicas

REDISTRIBUTIVAS	<p>[...] consistem em redistribuição de “renda na forma de recursos e/ou de financiamento de equipamentos e serviços públicos” (Azevedo, 2003, p. 38). São exemplos de políticas públicas redistributivas os programas de bolsa-escola, bolsa-universitária, cesta básica, renda cidadã, isenção de IPTU e de taxas de energia e/ou água para famílias carentes, dentre outros (Oliveira, 2010, p. 03).</p>
DISTRIBUTIVAS	<p>[...] implicam nas ações cotidianas que todo e qualquer governo precisa fazer. Elas dizem respeito à oferta de equipamentos e serviços públicos, mas sempre feita de forma pontual ou setorial, de acordo com a demanda social ou a pressão dos grupos de interesse. São exemplos de políticas públicas distributivas as podas de árvores, os reparos em uma creche, a implementação de um projeto de educação ambiental ou a limpeza de um córrego, dentre outros. O seu financiamento é feito pela sociedade como um todo através do orçamento geral de um estado (Oliveira, 2010, p. 03-04).</p>
REGULATÓRIAS	<p>[...] consistem na elaboração das leis que autorizarão os governos a fazerem ou não determinada política pública redistributiva ou distributiva. Se estas duas implicam no campo de ação do poder executivo, a política pública regulatória é, essencialmente, campo de ação do poder legislativo.</p>

Política Pública Educacional

[...] políticas educacionais é um foco mais específico do tratamento da educação, que em geral se aplica às questões escolares. Em outras palavras, pode-se dizer que políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar (Oliveira, 2010, p. 04).

Entende-se por políticas públicas educacionais aquelas que regulam e orientam os sistemas de ensino, instituindo a educação escolar. Essa educação orientada (escolar) moderna, massificada, remonta à segunda metade do século XIX. Ela se desenvolveu acompanhando o desenvolvimento do próprio capitalismo, e chegou na era da globalização resguardando um caráter mais reprodutivo, haja vista a redução de recursos investidos nesse sistema que tendencialmente acontece nos países que implantam os ajustes neoliberais (Oliveira, 2010, p. 08).



Neoliberalismo e Educação

Na racionalidade política do presente, as políticas educacionais, interligadas com a governamentalidade neoliberal, colocam aos sujeitos novas formas de relacionarem-se consigo mesmos e com os outros, de maneira que se torna fundamental que cada um invista em sua performance como uma condição para uma colocação mais competitiva na sociedade. [...] Nessa moldura de governo da população, as pessoas são ensinadas a potencializar suas habilidades e competências de maneira que quanto mais produtivas forem, mais impulsionam o desenvolvimento da sociedade (Turchiello, 2023, p. 04).

[...] cabe à educação investir na formação de um sujeito que desenvolva todas as habilidades e competências necessárias para atuar de maneira consciente e livre na sociedade, de modo a realizar as melhores escolhas e manter-se em permanente processo de busca, de inclusão nas redes de mercado (Turchiello, 2023, p. 06).



Reformas Educacionais



Os impactos da conjuntura político-governamental para realimentar o projeto neoliberal de sociedade parecem-nos levar a aprovação de políticas educacionais cada vez mais adaptativas, flexíveis, aligeiradas, bem ao gosto dos interesses do mercado financeiro que se alteram conforme as competências e habilidades requeridas num determinado contexto histórico (CHESNAIS, 2001) (Negrão; Santos, 2023, p. 143-144).

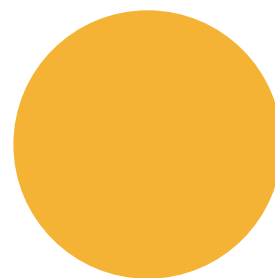
BNCC

A Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, institui a BNCC e [...] está alinhada aos interesses do capital financeiro, do entendimento da educação como mercadoria, como produto que poderá estar nas prateleiras do mercado rentista (Negrão; Santos, 2023, p. 156).



**BASE
NACIONAL
COMUM
CURRICULAR**

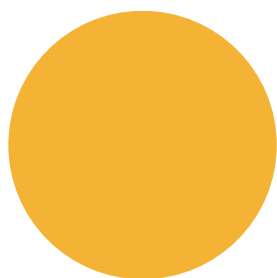
EDUCAÇÃO É A BASE



A pedagogia das competências e habilidades passa a ser o fundamento teórico metodológico das reformas e sua implementação reforça o mecanismo de reestruturação do modo de produção capitalista, ampliando a dualidade no acesso aos bens culturais materiais e não materiais (Negrão; Santos, 2023, p. 157).

Reforma do Ensino Médio

Na direção de aprovar políticas articuladas aos interesses do setor produtivo de serviços e, mais recentemente do agronegócio, a Reforma do Ensino Médio a partir da Lei nº 13.415/2017 ganhou evidência na mídia com o discurso de ‘um novo ensino médio’, cujo formato, bastante exível, possibilita o estudante ‘escolher’ seu itinerário formativo (Negrão; Santos, 2023, p. 158).



Podemos observar que a Reforma do Ensino Médio está intimamente articulada com a BNCC aprovada para a educação básica. Com a introdução de itinerários, há um objetivo claro de desvincular o ensino médio do orçamento da educação básica pública e deixá-lo ao sabor das disputas de mercado. A validação do notório saber, a retirada de conteúdos clássicos distribuídos no formato disciplinar, a introdução de conteúdos de empreendedorismo, tudo isso é parte de um processo de mercadorização dessa etapa de formação (Negrão; Santos, 2023, p. 159).

BNCC Formação

BNC-Formação



Considerando o cenário propício para a aprovação de reformas cada vez mais utilitárias e ajustadas ao modo de produção capitalista, o Conselho Nacional de Educação (CNE) propõe a 159 Pesquisa em políticas educacionais: Contribuições para o debate Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, instituindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Além desta, acrescenta-se a Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). Ambas as resoluções são o re exo de uma política educacional articulada no sentido de promover o revigoramento da pedagogia das competências e habilidades no âmbito da formação dos professores (Negrão; Santos, 2023, p. 159-160).

Interessante observarmos que nos dois documentos há inúmeras passagens orientando a validação de competências e habilidades como elementos substitutivos dos conhecimentos científicos historicamente sistematizados e que compõem os currículos de formação (Negrão; Santos, 2023, p. 160).



Essas diretrizes indicam que a formação inicial e continuada, ofertada nos cursos de licenciaturas, deverão se reorganizar a partir do que está previsto na BNCC da educação básica, sintetizando assim, o fechamento de um ciclo formativo, sob nosso entendimento, a partir de uma formação reducionista, pragmática e flexível, ao sabor das disputas de nichos especulativos do capital financeiro que avança cada vez mais na elaboração de políticas públicas no Brasil (Negrão; Santos, 2023, p. 160-161).

Redes de Políticas

Essa reorientação da gestão ocorre, sobretudo, via mudanças na legislação educacional, que passa a incorporar novas formas de olhar, organizar e gerenciar a educação pública e permite que Redes Transnacionais de Influência (TAN) atuem discursivamente pressionando, influenciando e ressignificando os objetos e os espaços de que tratam as políticas públicas, deslocando-os e os preenchendo com significados outros que orientam a ação e a interação social dos sujeitos. As TANS consistem em redes que compõe estruturas comunicativas que, caracteristicamente, buscam promover princípios, ideias e valores partilhados pelos seus membros (BALL, 2014) (Miranda; Vilanova, 2020, p. 1079).

[...] destaca-se a atuação das *think tanks* – TT que, por meio de uma organização composta por atores coletivos (como ONGs e grupos privados) e individuais (como consultores políticos e empreendedores sociais), possibilitam a capilarização e a circulação das ideias neoliberais nos sistemas políticos, com a constituição de “teias de relações” e interações de rede (BALL, 2014). De acordo com Teixeira (2007, p. 81), essas organizações atuam dentro dos sistemas democráticos como atores políticos formidáveis, exercendo influência a partir da construção de verdades e construindo pontes entre “o conhecimento e as ideias políticas” (Miranda; Vilanova, 2020, p. 1079).

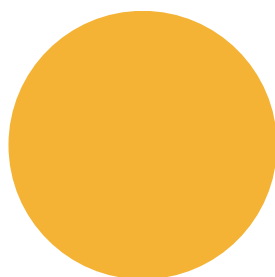
O conceito de Rede é aqui trabalhado como um dispositivo teórico-analítico que busca compreender os processos de influência política dentro dos contextos de produção de políticas públicas (BOWE; BALL, 1992) e também como um “tecido conectivo” que liga e dá organicidade às comunidades políticas da atualidade, constituindo-se como um novo social (BALL, 2014). Essa última acepção encontra sentido a partir da noção de atuação da política enquanto um processo contínuo e criativo, na qual seus textos são (re)construídos pelos sujeitos a partir da sua recontextualização nos diferentes espaços de sua abrangência (MAINARDES, 2006) (Miranda; Vilanova, 2020, p. 1080).

Durante o processo de formação de discursos e da legitimação dos sentidos da política, percebe-se diversos grupos de interesse construindo tais sentidos em torno de políticas locais e também representando pensamentos e ideias de comunidades políticas globais e internacionais (BALL, 2014; AVELLAR; BALL, 2017; 2018; PERONI; SCHEIBE, 2017; PERONI; CAETANO; LIMA, 2017; BERNARDI; BOROWSKY; MONTANO; SUSIN, 2017). Esses grupos tomam de empréstimo propostas político-econômicas internacionais e de agências de financiamento a fim de aplicá-las na política educacional (MAINARDES, 2006) (Miranda; Vilanova, 2020, p. 1080).

Atores individuais e coletivos, associados em favor da reforma neoliberal da educação, passam a constituir redes transnacionais e heterogêneas de influência, promovendo a circulação de seus discursos dentro da arquitetura social e estatal. O poder de influência das redes na esfera estatal tem relação com sua constituição diversificada, que envolve organizações não-governamentais, grupos privados, consultores políticos, governos nacionais, *think tanks*, empreendedores sociais, empresas internacionais e agências multilaterais. Entre as últimas destacam-se o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a UNESCO, entre outras (BALL, 2014) (Miranda; Vilanova, 2020, p. 1080 - 1081).

[...] para que a forma de pensar dessas redes alcance os diferentes contextos da vida e da produção das políticas públicas, é necessário que seu discurso tenha eco nos contextos de atuação da política, com aceitação e adesão das instituições e dos atores políticos (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2012). Nesse sentido, a atividade político-epistêmica das *think tanks* tem grande centralidade, exercendo poder simbólico de significação e legitimação das propostas políticas (Miranda; Vilanova, 2020, p. 1081).

Enquanto “reservatórios de ideias”, as think tanks atuam como conselheiras do Estado, tentando inculcar nos atores políticos determinada perspectiva de educação e de mundo (TEIXEIRA, 2007). De acordo com Teixeira (2007, p. 84-85), “o tentáculo das ideias destas instituições é tão poderoso que consegue construir, por meio da coerção pela razão, uma cadeia simbólica que explica uma dada realidade, formulando verdades que, associadas a certos mecanismos e fatores de poder, justificam todo um projeto [político]” (Miranda; Vilanova, 2020, p. 1082).



O mapeamento apresentado na Figura 1 representa a topografia de uma parte da rede de conexões que a Atlas tem no Brasil, pois, como citamos, seus integrantes passam a constituir outras associações, capilarizando e encadeando as relações por meio de parcerias e financiamento de programas. Devido a quantidade de links diretos com a Atlas e outras organizações internacionais, tomamos como trajetória inicial na rede, o estudo de seis *think tanks*, a saber: Instituto Liberal (Rio de Janeiro), Instituto Millenium (Rio de Janeiro), Instituto Liberdade (Porto Alegre), Instituto de Estudos Empresariais (Porto Alegre) e o Students for Liberty). Essas instituições mantêm papel estratégico na ramificação da Atlas, atuando como núcleos multiplicadores de instituições análogas e na formação de líderes (como o Movimento Brasil Livre, criada por ex-integrantes da Students for Liberty Brasil); além de serem as primeiras instituições a integrarem a Network no Brasil (Miranda; Vilanova, 2020, p. 1087).

A constituição e associação da rede Atlas Liberty Network se dá, em grande parte, pelo compartilhamento de objetivos, discursos e ideias políticas ligadas ao Neoliberalismo. Em todas as *think tanks* mapeadas percebe-se o discurso de defesa do Estado de Direito, da democracia representativa, da economia de mercado, da descentralização do poder, da livre iniciativa, da propriedade privada, do lucro, da meritocracia, da competitividade, da responsabilidade individual e da igualdade jurídica (Miranda; Vilanova, 2020, p. 1098).

Entretanto, para que esses discursos tenham uma circulação efetiva, a ponto de provocar mudanças nos diferentes contextos educacionais públicos, entende-se que é necessário que eles conversem com as diversas realidades e se traduzam em práticas na gestão escolar e na sala de aula (Miranda; Vilanova, 2020, p. 1098).

Como solução para os problemas da educação, é sugerida a ressignificação das práticas educacionais, voltando-se para o individualismo e a mudança organizacional, adotando o modelo gerencialista de mercado. De acordo com os dados, a conformação dessa proposta passaria pela construção de uma cultura de performatividade/meritocracia na educação. Dessa forma busca-se construir uma base de avaliação da eficiência da educação pública a partir da performance dos alunos em exames de larga escala. Para isso, os sentidos de competências/expectativas/direitos de aprendizagem são constrangidos e assumidos como parte dos mecanismos de gerenciamento e controle, à medida que passam a ser entendidos como critérios de eficiência e produtividade da educação. Concebidas nessa lógica, essas propostas de avaliação são esvaziadas de seu propósito político e educacional de acompanhamento/planejamento do desenvolvimento dos sujeitos, admitindo como horizonte o mercado de trabalho. Dessa forma, elementos de formação política dos indivíduos são silenciados e ausentados enquanto componentes de políticas curriculares, como a BNCC.

Figura 1 – Síntese dos Contextos do Ciclo de Políticas.



Fonte: Ball e Bowe (1992, 1994), Lopes e Macedo (2011) e Mainardes (2006).
Diagrama de elaboração própria.

Referências

**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS:
conceito e contextualização numa perspectiva didática¹**

Adão Francisco de Oliveira²

CAPÍTULO 8

**As reformas educacionais
e seus impactos para
a política educacional
brasileira após 2016**

Laís Negrão

Sílvia Alves dos Santos



**Licenciatura em
Matemática**

Pensar a educação na atualidade
Priscila Turchiello



Currículo sem Fronteiras, v. 20, n. 3, p. 1076-1109, set./dez. 2020

**REDES NACIONAIS DE INFLUÊNCIA
EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS**

Edgar Miranda

Colégio Pedro II

Rita Vilanova

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

